



GRUPO PARLAMENTAR

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>255985</u>
Classificação
<u>03/02/02</u> / <u>1</u> / <u>1</u>
Data
<u>08/04/02</u>

MENCIONE-SE
PUBLIQUE-SE
EXPEÇA-SE

814/08

Meacorreio

Por determinação de Sua Excelência o
Presidente da A.R. à DAPLEN

08.04.02

l. b. m.

PERGUNTA Nº 1047/X (3ª)

Assunto: Contratação de produtora externa pela RTP

Apresentado por: Deputado Rui Gomes da Silva e Deputado Agostinho Branquinho

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República,

Tomámos conhecimento, através da Comunicação Social, que a RTP havia celebrado um contrato com uma Produtora Externa, para a realização de uma série de 10 programas, na área da informação/reportagem, para o Canal 2, sobre a questão dos "bairros problemáticos".

Ora, por proposta do actual Governo, nomeadamente do Ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva – a quem compete a tutela da comunicação social - o Canal 2 foi integrado na empresa RTP, SA, passando, dessa forma, a fazer parte da estrutura do operador de serviço público, tendo em vista aumentar, quer a produtividade, quer o âmbito desse mesmo serviço público, nos termos definidos pelo próprio Executivo.



As informações entretanto vindas a público, sobre a quem deveria ser atribuída a responsabilidade pessoal da referida contratação da Produtora Externa em

causa, são contraditórias, face às declarações proferidas pelo membro do anterior Conselho de Administração da RTP, Luís Marques, que afirmou não ter tomado qualquer decisão nesse sentido, contraditando, assim, as afirmações públicas do actual Director de Programas, Jorge Wemans, que endossa a decisão da contratação para a anterior Administração.

Por outro lado, são conhecidas as medidas anunciadas pela actual Administração da RTP, no sentido de se proceder a uma profunda diminuição nos seus custos de exploração, uma vez que, no último ano, os mesmos dispararam – se comparados com os relativos ao ano de 2006 - tendo a RTP registado um resultado líquido negativo de 31,6 milhões de euros, ou seja, mais 46,2% do que no ano anterior.

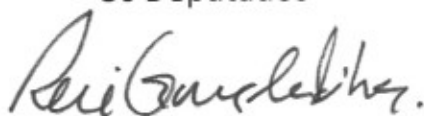
Acresce a esse resultado muito negativo a facto de mais de metade dos custos terem tido origem na respectiva grelha de programação, onde foram gastos mais 12% do que em 2006, em valores que totalizam 163 milhões de euros.

Nestes termos, ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e da alínea d) do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, os Deputados abaixo-assinados, vêm requerer, por intermédio de Vossa Excelência, que o Conselho de Administração da RTP e o seu Director de Programas se dignem dar resposta – directa - às seguintes questões:

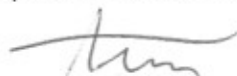
- Quais os motivos que levaram a RTP a celebrar um contrato, com uma Produtora Externa, para a realização de uma série de reportagens sobre os “bairros problemáticos”?
- Não dispõe a RTP de recursos próprios, humanos e técnicos, habilitados a fazer esse mesmo trabalho?
- Quais os custos associados a essa contratualização?
- Qual a data previsível para a emissão dessa série de reportagens e qual o horário previsto?

Palácio de São Bento, 7 de Abril de 2008

Os Deputados



(Rui Gomes da Silva)



(Agostinho Branquinho)